



SINOPSE DOU SEÇÃO 1



Atos do Poder Legislativo

Lei Complementar

Nº 168, de 12 de junho de 2019, que “Autoriza, no prazo que especifica, o retorno ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) dos optantes excluídos desse regime tributário em 1º de janeiro de 2018”, objeto da **Mensagem nº 246, de 12 de junho de 2019**, comunicando ao SF que, em face da rejeição pelo CN do veto total ao PLC 76/2018 - Complementar (PLP 500/18 na CD), acaba de promulgá-lo, motivo pelo qual restitui dois exemplares dos respectivos autógrafos do texto ora convertido na Lei Complementar nº 168/2019.

Leis

Nº 13.682, de 19 de junho de 2018, que “Altera as Leis nºs 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.167, de 16 de janeiro de 1991, e 10.260, de 12 de julho de 2001, as Medidas Provisórias nºs 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, e 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, e a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para modificar a metodologia de cálculo dos encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito não rural com recursos de Fundos Constitucionais de Financiamento e a sistemática de remuneração dos respectivos bancos administradores; e revoga dispositivos da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, e da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001”, alvo da **Mensagem nº 244, de 12 de junho de 2019** que comunica ao SF que, em face da rejeição pelo CN do veto parcial apostado ao PLV 10/2018 2018 (MPV 812/2017, transformado na Lei nº 13.682/2018, acaba de promulgá-lo, motivo pelo qual restitui dois exemplares dos respectivos autógrafos.

Nº 13.729, de 8 de novembro de 2018, que “Altera a Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, para conceder rebate para liquidação de operações de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e dá outras providências”, objeto da **Mensagem nº 245, de 12 de junho de 2019**, que comunica ao SF que, em face da rejeição pelo CN do veto parcial ao PLV 25/2018 (MP 842/1208), transformado na Lei nº 13.729/2018, acaba de promulgá-lo, motivo pelo qual restitui dois exemplares dos respectivos autógrafos.

Atos do Congresso Nacional

Ato do Presidente da Mesa
do Congresso Nacional

Nº 38, de 2019, prorrogando pelo período de 60 dias, a vigência da MPV 879/2019, publicada em Edição Extra no DOU no mesmo dia, mês e ano, que “Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009” (Foco da citada MPV: Repasse à Eletrobras de



aportes do Tesouro para a cobertura de débitos de combustível com a Petrobras).

Atos do Poder Executivo

Decretos	<u>Nº 9.834, de 12 de junho de 2019</u> , que “Institui o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas”.
Conselho Nacional de Política Energética	<u>Nº 9.836, de 12 de junho de 2019</u> , que “Reconhece como de interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira no capital social de sociedade de crédito, financiamento e investimentos a ser constituída pela Suppliercard Participações S.A.”.
Resolução	<u>Nº 13, de 11 de junho de 2019</u> , que “Altera a <u>Resolução CNPE nº 2, de 28 de fevereiro de 2019</u> , que estabelece diretrizes para a realização da Rodada de Licitações sob o regime de Partilha de Produção para os volumes excedentes aos contratados no regime de Cessão Onerosa”.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Gabinete da Ministra

Instrução Normativa

Nº 14, de 3 de junho de 2019, que “Adota a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 272, de 14 de março de 2019, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que incorpora ao ordenamento jurídico nacional a Resolução GM/MERCOSUL nº 63/18 e dispõe sobre os aditivos alimentares autorizados para uso em carnes e produtos cárneos, e revoga a Instrução Normativa MAPA nº 51, de 29 de dezembro de 2006”

Ministério de Minas e Energia

Gabinete do Ministro

Portarias

Nº 139, de 11 de junho de 2019, que define os montantes de garantia física de energia das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs e das Centrais Geradoras Hidrelétricas - CGHs, na forma dos Anexos I e II a presente Portaria, com vistas à participação no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-4", de 2019, de que trata a Portaria MME nº 186, de 3 de abril de 2019.

Nº 140, de 11 de junho de 2019, que define os montantes de garantia física de energia das Usinas Termelétricas, na forma dos Anexos I, II, III, IV, V e VI a presente Portaria, com vistas à participação no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-4", de 2019 de que trata a Portaria MME nº 186, de 3 de abril de 2019.

Nº 141, de 11 de junho de 2019, definindo os montantes de garantia física de energia das Usinas Solares Fotovoltaicas, na forma do Anexo à presente Portaria, com vistas à participação no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-4", de 2019, de que trata a Portaria MME nº 186, de 3 de abril de 2019.

Nº 142, de 11 de junho de 2019, definindo os montantes de garantia física de energia das Usinas Eólicas, na forma do Anexo a presente Portaria, com vistas à participação no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-4", de 2019, de que trata a Portaria MME nº 186, de 3 de abril de 2019.
